

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [01/2024
PPP-LINHAS 11, 12 E 13

ANEXO III.F – DIRETRIZES PARA TRANSFERÊNCIA DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [01/2024
PPP-LINHAS 11, 12 E 13

Sumário

1.	TERMOS DE ENTREGA PROVISÓRIOS DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE	3
2.	GARANTIAS TÉCNICAS.....	3
3.	RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO	4
4.	RESPONSABILIDADES DO PODER CONCEDENTE	7
5.	PROCEDIMENTO PARA APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO.....	7
6.	PLANO DE TRABALHO DE CORREÇÃO DE BENS INTEGRANTES.....	8
7.	DEFEITOS E FALHAS NO MATERIAL RODANTE	9

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [01/2024]
PPP-LINHAS 11, 12 E 13

O presente ANEXO estabelece os procedimentos que deverão ser observados pelas PARTES para transferência da INFRAESTRUTURA EXISTENTE à CONCESSIONÁRIA, o que deverá ocorrer durante a FASE PRÉ-OPERACIONAL.

Os termos definidos utilizados neste ANEXO terão o mesmo significado a eles atribuídos no CONTRATO, quando ali definidos.

1. TERMOS DE ENTREGA PROVISÓRIOS DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE

- 1.1. Os TERMOS DE ENTREGA PROVISÓRIOS DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE serão firmados pela CONCESSIONÁRIA e pelo PODER CONCEDENTE para fins de recebimento do conjunto de BENS INTEGRANTES, dentro dos primeiros 90 (noventa) dias, a contar do início da FASE PRÉ-OPERACIONAL.
 - 1.1.1. No mesmo prazo previsto no item 1.1, o PODER CONCEDENTE disponibilizará à CONCESSIONÁRIA novos relatórios de controle de manutenção elaborados pela CPTM em relação à VIA PERMANENTE e à rede aérea, indicando a condição vigente das atividades de manutenção destes bens.
- 1.2. A partir da celebração de cada TERMO DE ENTREGA PROVISÓRIO DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE, a posse, a guarda, a manutenção e a vigilância dos BENS INTEGRANTES que tenham sido transferidos à CONCESSIONÁRIA passam a ser de sua responsabilidade.
- 1.3. Uma vez firmado o TERMO DE ENTREGA PROVISÓRIO DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE, o AUDITOR INDEPENDENTE deverá proceder à vistoria dos BENS INTEGRANTES transferidos, de modo a averiguar o estado de conservação e quantitativos recebidos, para fins de elaboração do RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO.
- 1.4. A CONCESSIONÁRIA receberá os BENS INTEGRANTES no estado em que se encontram. Eventuais dúvidas levantadas pela CONCESSIONÁRIA e/ou AUDITOR INDEPENDENTE serão esclarecidas pela CPTM e pelo PODER CONCEDENTE.

2. GARANTIAS TÉCNICAS

- 2.1. Na FASE PRÉ-OPERACIONAL, a CONCESSIONÁRIA será informada, por notificação do PODER CONCEDENTE, sobre eventuais garantias técnicas vigentes da INFRAESTRUTURA EXISTENTE, conforme relação disposta no ANEXO I, Parte I, assumindo a CONCESSIONÁRIA a posse, a guarda, a vigilância, a manutenção e a conservação dos bens recebidos, resguardados os prazos de garantia técnica indicados, quando existentes.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [01/2024]
PPP-LINHAS 11, 12 E 13

- 2.1.1. A gestão da interface entre os envolvidos e os contratados/fornecedores da CPTM estará a cargo do PODER CONCEDENTE, que será responsável por solicitar do fabricante/fornecedor o reparo em garantia técnica, quando existente, inclusive por meio da CPTM, sem prejuízo da própria CONCESSIONÁRIA relacionar-se com os contratados da CPTM, caso esta alternativa seja vista como a mais adequada para a preservação do interesse público.
- 2.1.1.1. A atuação direta da CONCESSIONÁRIA junto aos contratados da CPTM, referida no item 2.1.1, não altera, em nenhuma medida, as obrigações e responsabilidades assumidas pelo PODER CONCEDENTE neste CONTRATO e nos ANEXOS.
- 2.1.2. Na hipótese de determinada garantia técnica não poder ser aproveitada pela CONCESSIONÁRIA, em circunstâncias nas quais o reparo em garantia fosse exigível, nos termos do contrato de garantia técnica, quando existente, a CONCESSIONÁRIA fará jus ao reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO em valor compatível ao prejuízo efetivamente causado pelo não aproveitamento da garantia em questão, quando o não aproveitamento da garantia se der por causa alheia à responsabilidade da CONCESSIONÁRIA ou por fato cujo risco não lhe seja imputável, nos termos do CONTRATO.
- 2.2. A CONCESSIONÁRIA não poderá ser penalizada na hipótese de impactos à prestação dos SERVIÇOS, ou óbices no recebimento da INFRAESTRUTURA EXISTENTE, nas situações em que tais fatos decorrerem, exclusivamente, de descumprimento, pelos contratados da CPTM, dos termos e condições das garantias informadas/notificadas.
- 2.2.1. O disposto no item 2.2 se aplica até o fim do período de eventual garantia técnica, caso comprovadamente venha a ocorrer impacto negativo aos SERVIÇOS decorrente de descumprimento, pelos contratados da CPTM, da obrigação de atendimento de reparo ou substituição de peças ou componentes em garantia, nos termos contratuais.
- 2.2.2. Considerando que as atividades de manutenção são de responsabilidade exclusiva da CONCESSIONÁRIA, esta deve elaborar o necessário planejamento em relação às garantias previstas e existentes, contemplando, inclusive, a eventual necessidade de adoção de medidas legais cabíveis em face de terceiros, em decorrência de falhas, ações ou omissões de responsabilidade desses terceiros, inclusive na hipótese de descumprimento do reparo solicitado pelo PODER CONCEDENTE, na forma do item 2.1.2.

3. RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO

- 3.1. A partir do início da FASE PRÉ-OPERACIONAL, caberá ao AUDITOR INDEPENDENTE elaborar o RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO, o qual conterá (i) descrição do estado dos BENS INTEGRANTES

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [01/2024]
PPP-LINHAS 11, 12 E 13

- transferidos à CONCESSIONÁRIA, para fins de levantamento de divergências com relação ao estado de conservação e quantitativos indicados nos ANEXOS e nos relatórios constantes da SALA DE DOCUMENTOS; e (ii) PASSIVOS AMBIENTAIS identificados na ÁREA DA CONCESSÃO e na infraestrutura arrolada no ANEXO I, Partes I e II, desde que tais passivos não tenham sido indicados no ANEXO IV.C.
- 3.2. Para fins de acompanhamento da atuação do AUDITOR INDEPENDENTE, este elaborará, em até 15 (quinze) dias da sua contratação, plano de trabalho descrevendo os ensaios técnicos e perícias que serão realizados para fins de elaboração do RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO e o cronograma de suas atividades, o qual será encaminhado ao COMITÊ DE CONVIVÊNCIA.
- 3.2.1. O plano de trabalho deverá abranger, necessariamente, os ensaios técnicos e perícias previstos no item 3.4.
- 3.2.2. O AUDITOR INDEPENDENTE deverá realizar reuniões periódicas junto ao COMITÊ DE CONVIVÊNCIA, no mínimo mensalmente, para relatar as atividades desenvolvidas no período e indicar, antecipadamente, eventuais achados ou dificuldades que julgar relevante.
- 3.2.3. O COMITÊ DE CONVIVÊNCIA poderá solicitar alterações no plano de trabalho apresentado pelo AUDITOR INDEPENDENTE, inclusive para requerer a execução de novos ensaios técnicos e perícias, nos termos do item 3.4.1, cujos custos serão arcados pela CONCESSIONÁRIA.
- 3.3. O RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO deverá abranger, obrigatoriamente, as seguintes informações:
- 3.3.1. Registro com identificação de eventuais divergências, quanto ao estado de conservação dos BENS INTEGRANTES, entre: (a) de um lado, as informações disponíveis no ANEXO I e as informações indicadas nos relatórios constantes da SALA DE DOCUMENTOS, incluindo os relatórios de controle de manutenção elaborados pela CPTM; e (b) de outro lado, o estado de conservação dos BENS INTEGRANTES da INFRAESTRUTURA EXISTENTE, considerando as informações disponíveis nos relatórios de controle de manutenção encaminhados durante a FASE PRÉ-OPERACIONAL, nos termos do item 1.1.1.
- 3.3.1.1. O AUDITOR INDEPENDENTE deverá, quando possível, qualificar a natureza e a origem de todas as divergências identificadas, inclusive aquelas decorrentes do tempo de instalação, uso e fadiga dos bens, as divergências decorrentes da natural ação do tempo e das condições ambientais, e as divergências que imponham a necessidade de substituição, reparos, manutenção ou recuperação, por falha ou inoperância;

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [01/2024]
PPP-LINHAS 11, 12 E 13

- 3.3.2. Identificação de eventuais equipamentos e MATERIAL RODANTE que apresentem falhas e/ou estejam inoperantes, desde que a falha não conste dos relatórios integrantes da SALA DE DOCUMENTOS;
- 3.3.3. Registro com identificação de eventuais divergências quanto ao quantitativo dos BENS INTEGRANTES, cotejando-os com o quantitativo indicado no ANEXO I;
- 3.3.4. Estimativa e demonstração de custos para a execução, pela CONCESSIONÁRIA, das atividades que, segundo juízo técnico, seriam necessárias à superação das condições relacionadas aos itens 3.3.1, 3.3.2 e 3.3.3, identificadas na entrega da INFRAESTRUTURA EXISTENTE, caso tais atividades venham a ser delegadas à CONCESSIONÁRIA pelo PODER CONCEDENTE; e
- 3.3.5. Indicação dos PASSIVOS AMBIENTAIS observados na ÁREA DA CONCESSÃO e infraestrutura arrolada no ANEXO I, Partes I e II, não identificados no ANEXO IV.B, bem como o endereçamento sugestivo de soluções de tratamento, com descrição, custos e cronogramas estimados para remediação dos PASSIVOS AMBIENTAIS identificados.
- 3.4. Para fins de levantamento das informações indicadas nos itens 3.3.1 e 3.3.2, o AUDITOR INDEPENDENTE deverá realizar, obrigatoriamente, os seguintes ensaios técnicos e perícias:
 - 3.4.1. O COMITÊ DE CONVIVÊNCIA poderá determinar a realização de ensaios técnicos e perícias adicionais às previstas no item 3.4, logo após o recebimento do plano de trabalho preparado pelo AUDITOR INDEPENDENTE, ou ao longo da FASE PRÉ-OPERACIONAL.
- 3.5. Para fins de levantamento das informações indicadas no item 3.3.5, caberá ao AUDITOR INDEPENDENTE iniciar os estudos, perícias e ensaios técnicos necessários logo após a sua contratação, ainda na FASE PRELIMINAR.
 - 3.5.1. Para abreviar procedimentos, as visitas em campo para investigação dos PASSIVOS AMBIENTAIS que constarão do RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO poderão ser realizadas com acompanhamento de representantes da CONCESSIONÁRIA e do PODER CONCEDENTE, incluindo o APOIO TÉCNICO.
- 3.6. As vistorias no MATERIAL RODANTE disponibilizado pela CPTM deverão ser realizadas, em conjunto, pelo AUDITOR INDEPENDENTE e pela CONCESSIONÁRIA.
- 3.7. Caso as divergências no estado e quantitativos dos BENS INTEGRANTES, bem como PASSIVOS AMBIENTAIS identificados, não sejam qualificáveis como responsabilidade do PODER CONCEDENTE, nos termos do item 4 abaixo, o AUDITOR INDEPENDENTE não deverá registrá-los no RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO, sem prejuízo de comunicar a CONCESSIONÁRIA sobre os achados.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [01/2024]
PPP-LINHAS 11, 12 E 13

- 3.8. Para estimar as despesas com remediação das divergências, passivos e vícios registrados no RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO, o AUDITOR INDEPENDENTE deverá utilizar o valor de mercado de obras, aquisição de bens e prestação de serviços, baseado em sistemas de custos que utilizem como insumo valores de mercado do setor específico do projeto, ou, na inexistência destes, as melhores práticas para elaboração do respectivo orçamento.

4. RESPONSABILIDADES DO PODER CONCEDENTE

- 4.1. O PODER CONCEDENTE arcará com os custos e demais impactos resultantes das seguintes divergências e passivos, caso apontados na versão final do RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO:
- 4.1.1. Divergências quanto à quantidade de MATERIAL RODANTE e demais equipamentos operacionais, em relação ao quantitativo estabelecido no ANEXO I, que será disponibilizada para a OPERAÇÃO COMERCIAL das LINHAS;
 - 4.1.2. Divergências quanto ao quantitativo dos bens entregues à CONCESSIONÁRIA, em relação aos relacionados nas tabelas dos itens 3, 4, 5 e 6 do ANEXO I Parte 1, exceto quando referentes ao material de consumo ou de giro, ou a sobressalentes;
 - 4.1.3. Divergências quanto estado de conservação dos BENS INTEGRANTES da INFRAESTRUTURA EXISTENTE, e desde que tais divergências (a) não decorram do tempo de instalação dos bens ou equipamentos, de seu uso e fadiga; (b) não sejam resultado da natural ação do tempo e das condições ambientais; (c) não sejam verificáveis a partir dos ANEXOS, ou dos relatórios constantes da SALA DE DOCUMENTOS; ou
 - 4.1.4. PASSIVOS AMBIENTAIS não identificados nos ANEXOS, especialmente no ANEXO IV.B.
- 4.2. Eventuais custos e impactos decorrentes de passivos ou divergências que se enquadrem nos itens 4.1.1 a 4.1.4, mas não tenham sido apontados no RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO, serão alocados à CONCESSIONÁRIA, exceto no caso de VÍCIO OCULTO.

5. PROCEDIMENTO PARA APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO

- 5.1. O AUDITOR INDEPENDENTE encaminhará o RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO, em conjunto ao INVENTÁRIO, às PARTES, em até 120 (cento e vinte) dias do encerramento da FASE PRÉ-OPERACIONAL, para que possam avaliá-lo e apresentar divergências com relação às conclusões alcançadas pelo AUDITOR INDEPENDENTE.
- 5.2. As PARTES deverão apresentar suas divergências com relação aos apontamentos do AUDITOR INDEPENDENTE constantes do RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO e INVENTÁRIO, em até 90 (noventa) dias do encerramento da FASE PRÉ-OPERACIONAL.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [01/2024]
PPP-LINHAS 11, 12 E 13

- 5.2.1. As divergências de que trata o item 3.2 poderão abarcar, dentre outros pontos: (i) falha ou vício não identificado pelo AUDITOR INDEPENDENTE na INFRAESTRUTURA EXISTENTE; (ii) itens não vistoriados pelo AUDITOR INDEPENDENTE, ou cuja vistoria se mostrou insuficiente; (iii) discordâncias quanto à metodologia empregada pelo AUDITOR INDEPENDENTE durante o processo de vistoria; (iv) divergências com relação aos resultados das perícias e ensaios técnicos executados; e (v) discordâncias quanto aos custos estimados para remediação.
- 5.3. Recebidas as manifestações das PARTES, caso apresentadas, o AUDITOR INDEPENDENTE deverá realizar as adequações que entender pertinentes – inclusive mediante realização de novos ensaios técnicos e perícias – e, em até 60 (trinta) dias do encerramento da FASE PRÉ-OPERACIONAL, e encaminhar o RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO e o INVENTÁRIO ao COMITÊ DE CONVIVÊNCIA.
- 5.4. Em até 30 (trinta) dias do encerramento da FASE PRÉ-OPERACIONAL, caberá ao COMITÊ DE CONVERGÊNCIA acatar integralmente o RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO e INVENTÁRIO produzidos pelo AUDITOR INDEPENDENTE ou solicitar ajustes, levando-se em consideração os apontamentos realizados por cada uma das PARTES.
- 5.5. Em até 15 (quinze) dias do encerramento da FASE PRÉ-OPERACIONAL, caberá ao PODER CONCEDENTE, na figura do Coordenador da CMCP, determinar eventuais alterações no RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO relativamente aos itens para os quais não exista consenso entre representantes do PODER CONCEDENTE e CONCESSIONÁRIA no COMITÊ DE CONVIVÊNCIA.
- 5.5.1. Caso discorde da decisão do PODER CONCEDENTE prevista no item 5.5, a CONCESSIONÁRIA poderá se valer dos mecanismos de solução de controvérsias previstos no CAPÍTULO XXVI do CONTRATO.
- 5.6. Uma vez recebida a manifestação do PODER CONCEDENTE de que trata o item 3.5, o AUDITOR INDEPENDENTE deverá implementar eventuais alterações requeridas e gerar a versão final do RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO e do INVENTÁRIO.

6. PLANO DE TRABALHO DE CORREÇÃO DE BENS INTEGRANTES

- 6.1. Caberá ao AUDITOR INDEPENDENTE elaborar o PLANO DE TRABALHO DE CORREÇÃO DE BENS INTEGRANTES, o qual conterá as medidas de remediação necessárias para readequação dos BENS INTEGRANTES pertencentes à INFRAESTRUTURA EXISTENTE, bem como para correção dos PASSIVOS AMBIENTAIS, conforme registrados na versão final do RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO.
- 6.2. Os vícios e divergências apontados no RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO serão:

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [01/2024]
PPP-LINHAS 11, 12 E 13

- 6.2.1. corrigidos pelo próprio PODER CONCEDENTE ou pela CPTM, hipótese na qual eventual desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO considerará, exclusivamente, os eventuais impactos causados pelo tempo transcorrido até a solução das divergências, se o caso;
- 6.2.2. corrigidas pela própria CONCESSIONÁRIA, mediante delegação total ou parcial pelo PODER CONCEDENTE, caso esta alternativa seja vista como a mais adequada para a preservação do interesse público.
- 6.3. Caso o PODER CONCEDENTE opte pela delegação de que trata o item 6.2.1, os custos comprovadamente incorridos pela CONCESSIONÁRIA para correção das divergências serão reequilibrados pelo PODER CONCEDENTE, por algum dos mecanismos previstos no CONTRATO, até o limite previamente estabelecido no ato de delegação.
 - 6.3.1. O limite de que trata o item 6.3 será fixado a partir das estimativas apresentadas pelo AUDITOR INDEPENDENTE, nos termos do item 3.8.
- 6.4. O termo de delegação não poderá contemplar qualquer cláusula ou condição que, por qualquer meio, altere ou desnature os riscos e responsabilidades assumidos pelas PARTES no presente CONTRATO, devendo estabelecer a delimitação das atividades delegadas à CONCESSIONÁRIA, o limite máximo dos valores a serem ressarcidos, e os prazos a serem observados pela CONCESSIONÁRIA na execução das atividades que lhe competirem.
- 6.5. Especificamente com relação aos PASSIVOS AMBIENTAIS, caberá à CONCESSIONÁRIA adotar todas as medidas necessárias a sua recuperação, sem prejuízo do reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, o qual será implementado com base nos custos e cronograma indicados na versão final do RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO.

7. DEFEITOS E FALHAS NO MATERIAL RODANTE

- 7.1. No caso de defeitos ou falhas no MATERIAL RODANTE que impeçam sua operação, a CPTM deverá: (i) corrigir, às suas expensas, os defeitos que impeçam a operação do(s) trem(ns); e (ii) disponibilizar temporariamente à CONCESSIONÁRIA outro(s) trem(ns), de frota diversa, até o início da OPERAÇÃO COMERCIAL, para que possa(m) ser utilizado(s) na prestação do respectivo SERVIÇO, até que a correção indicada no item (i) seja concluída.
 - 7.1.1. As PARTES, juntamente com a CPTM, estabelecerão procedimento para realização da eventual substituição de que trata o inciso (ii) do item 7.1.
 - 7.1.2. A CPTM ou quem esta indicar será responsável por realizar as manutenções devidas no(s) trem(ns) de frota diversa disponibilizado(s) na hipótese do item 7.1, até que a correção

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [01/2024
PPP-LINHAS 11, 12 E 13

do trem das frotas indicadas no ANEXO I seja integralmente concluída, realizando-se o reequilíbrio econômico-financeiro, em favor do PODER CONCEDENTE, em razão dos custos de manutenção evitados pela CONCESSIONÁRIA.

- 7.2. A CONCESSIONÁRIA será responsável pela operação do trem de frota diversa às previstas no ANEXO II, devendo se valer, para tanto, do efetivo da CPTM disponibilizado nos termos do ANEXO III.B, posto que tais profissionais já estarão habilitados para tal fim.
- 7.3. Realizada a correção indicada no item 7.1, aplicar-se-á o seguinte: (i) a CPTM disponibilizará o(s) trem(ns) em condições operacionais à CONCESSIONÁRIA, para nova vistoria pelo AUDITOR INDEPENDENTE e pela CONCESSIONÁRIA; e (ii) o AUDITOR INDEPENDENTE e a CONCESSIONÁRIA vistoriarão novamente o(s) trem(ns).
- 7.4. Constatada, pela CONCESSIONÁRIA, a efetiva correção indicada no item 7.1, esta devolverá à CPTM o(s) trem(ns) referenciado(s) no inciso “ii” do item 7.1.